



PORTARIA Nº de 835 de 30 de outubro de 2017.

Declara reservada para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do Rio dos Patos as vazões naturais afluentes, para Pequena Central Hidrelétrica (PCH) PATOS.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **Mauren Lazzaretti**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 004, de 02 de março de 2012, que dispõe sobre os procedimentos referentes à emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio do Estado,

Considerando o Parecer Técnico Nº 86/GOUT/CCRH/SURH/2017, de 23 de outubro de 2017, acostado às fls. 79/80, f/v, do processo SAD Nº 253225/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar reservada para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do Rio dos Patos, afluente pela margem direita do Rio Arinos, UPG: A-12 - Arinos, Bacia Hidrográfica Amazônica, conforme informada no Sumário Executivo e na Nota Técnica nº 146/2016-SCG/ANEEL de 10/03/2016, para Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Patos, as vazões naturais afluentes, conforme tabela do Anexo I, subtraída:

I - das vazões apresentadas na tabela do Anexo II, destinadas ao atendimento de usos consuntivos a montante; e

II - das vazões apresentadas nas tabelas no Anexo III, destinadas a vazão remanescente no trecho entre o barramento e a restituição da água no corpo hídrico.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de geração de energia do aproveitamento hidrelétrico PCH Patos, no Município de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso, com as seguintes características::



I - coordenadas geográficas do eixo do barramento no Rio dos Patos: 13°34'13" de latitude sul e 56°20'9" de longitude oeste (Sistema SIRGAS 2000);

II - nível d'água máximo normal a montante: 315,00 m;

III - nível d'água máximo maximorum: 318,00 m;

IV - nível d'água mínimo normal a montante: 315,00 m;

V - Queda Bruta: 27 m;

VI - áreas inundadas dos reservatórios no nível d'água máximo normal: 11,67 km²;

VII - vazão máxima turbinada: 76,03 m³/s;

VIII - Vazões Remanescentes no Trecho de Vazão Reduzida (TVR): 10% das Vazões Médias Mensais.

IX - A manutenção da vazão remanescente no TVR deve ser prioritária à geração de energia.

Art. 3º As características apresentadas nos artigos 1º e 2º poderão ser alteradas mediante solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), acompanhada de estudo técnico específico fundamentado, podendo ser exigida a aprovação do órgão ambiental responsável ou por força da definição de condições em Licenças Ambientais, a critério da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Art. 4º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), objeto desta Portaria:

I - não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão a ser outorgada, possibilitando, ao investidor, o planejamento de seu empreendimento;

II - tem prazo de validade até **30 de outubro de 2020**, podendo ser renovada, mediante solicitação da ANEEL, por um período de 3 anos; e

III - por se caracterizar como outorga preventiva, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos artigos 12 e 26 da Lei n.º. 6.945, de 05 de novembro de 1997, e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental pelo órgão competente.

Art. 5º Os parâmetros de monitoramento das vazões deverão ser de acordo com a Resolução Conjunta n.º 03, de 03/08/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União de 20.10.2010, seção 1, p. 124, v. 147, n. 201.

Art. 6º O titular que receber da ANEEL a concessão ou a autorização para o uso do potencial de energia hidráulica de que trata esta Declaração, deverá solicitar de imediato, à SEMA, a sua conversão em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

§ 1º - É de responsabilidade exclusiva do futuro titular da outorga todos os ônus, encargos e obrigações relacionadas à alteração, decorrente da implantação do empreendimento, das condições das outorgas emitidas pela ANA ou pelo órgão gestor de recursos hídricos estadual, em vigor na data de início do enchimento, nos trechos de rio correspondentes à área a ser inundada e a jusante do empreendimento.



§ 2º - Caso se identifique interferências de uso de recursos hídricos em terras indígenas, o concessionário deverá apresentar a comprovação do cumprimento do dispositivo constitucional do art. 231, § 1º e manifestação setorial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nos termos do art. 3º, § 4º, inciso II, da Resolução do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNAHR) nº 37, de 26 de março de 2004.

Art. 7º A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), objeto desta Portaria, poderá ser revista:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II - quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos previstos no art. 18, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 8º Esta Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo declarado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 30 de outubro de 2017.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
SEMA/MT



ANEXO I
SÉRIE DE VAZÕES MÉDIAS MENSAIS (M³/S) EIXO: PCH PATOS - 1.965 km²
Fonte: Série Hidrológica apresentada pelo interessado.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1974	71.4	52.6	68.1	64.5	50.6	39.1	32.4	28.3	26.8	32.6	34.7	45.3	45.5
1975	50.6	55.9	55.5	64.9	46.1	36.1	32.5	27.9	25.1	29.2	35.4	46.5	42.1
1976	45.7	66.5	74.7	57.1	47.7	42.4	33.3	27.7	27.6	35.1	37.2	49.4	45.4
1977	64.5	64.5	58.8	56.3	58.7	51.0	36.2	31.0	31.6	36.4	43.2	60.0	49.3
1978	77.5	70.2	83.9	68.1	61.1	39.9	35.3	36.6	35.4	36.5	46.9	62.4	54.5
1979	94.6	114.2	89.3	72.2	58.7	61.1	42.0	37.0	38.5	40.5	45.2	47.3	61.7
1980	68.6	87.3	93.8	72.5	55.1	49.0	42.4	37.2	36.5	38.5	43.2	59.1	56.9
1981	96.3	76.6	78.5	88.5	65.7	46.8	39.9	35.8	33.2	37.7	52.1	52.8	58.7
1982	69.4	75.8	78.0	69.3	53.2	45.1	39.0	35.6	38.8	39.8	41.3	45.7	52.6
1983	59.2	65.9	78.0	56.7	43.2	39.2	32.7	30.4	29.5	36.7	46.9	53.5	47.6
1984	49.7	48.6	56.5	59.5	49.0	40.2	32.6	30.0	31.9	33.3	39.5	52.6	43.6
1985	64.1	61.6	75.1	72.2	51.4	42.0	37.2	32.6	32.6	42.0	45.3	39.1	49.6
1986	62.4	68.9	81.6	57.9	46.5	39.4	34.8	33.1	32.4	36.6	38.1	43.7	48.0
1987	50.6	58.7	56.7	52.2	42.0	34.4	28.9	26.9	25.4	28.0	35.0	50.2	40.8
1988	55.9	63.6	77.9	63.6	47.3	38.7	33.5	29.3	26.6	29.6	38.5	44.1	45.7
1989	54.7	69.8	66.5	56.7	57.1	43.2	37.6	34.1	32.2	31.6	38.5	56.3	48.2
1990	71.8	72.2	72.6	63.2	55.5	42.4	39.1	32.2	35.5	36.7	42.0	47.4	50.9
1991	63.8	73.1	77.1	80.3	59.9	43.5	38.3	34.0	35.4	39.5	46.8	50.7	53.5
1992	58.9	73.5	79.6	68.1	51.4	47.7	41.2	36.5	40.3	39.7	43.2	51.8	52.7
1993	56.3	57.5	55.1	58.4	42.4	37.2	31.7	29.2	27.5	28.3	34.8	44.1	41.9
1994	71.8	64.5	68.5	62.2	44.5	42.0	36.9	31.6	28.8	33.4	40.1	52.6	48.1
1995	87.7	85.7	80.4	75.1	68.5	50.2	42.4	36.7	33.2	38.2	39.8	49.8	57.3
1996	54.7	61.2	69.8	55.9	42.4	39.1	33.7	31.0	29.6	31.5	45.7	43.2	44.8
1997	68.1	71.4	69.8	59.6	48.5	42.0	35.5	31.0	28.8	30.2	37.7	40.8	47.0
1998	44.1	49.4	56.7	43.7	35.2	31.1	27.1	24.9	24.2	26.9	35.5	42.0	36.7
1999	68.9	56.7	71.8	49.0	40.1	33.5	30.2	26.6	26.1	26.6	38.1	41.2	42.4
2000	59.2	70.6	62.4	53.4	40.7	34.2	31.2	27.4	27.4	28.1	38.7	49.8	43.6
2001	44.5	47.7	58.3	49.0	40.5	35.0	30.0	25.9	26.2	30.1	36.5	55.1	39.9
2002	71.0	74.7	89.3	65.3	46.9	39.0	33.9	29.8	29.2	29.3	37.7	41.6	49.0
2003	73.4	75.9	78.3	81.6	55.5	45.3	38.5	33.1	29.2	36.7	42.8	46.5	53.1
2004	68.1	123.2	102.4	75.9	60.0	49.8	44.1	36.4	33.2	39.0	44.5	42.8	59.9
2005	57.1	66.1	66.1	53.0	41.6	35.5	31.9	29.1	27.9	32.4	39.9	47.7	44.0
2006	72.2	78.3	76.7	78.3	57.1	46.5	36.4	31.9	31.3	45.0	44.1	55.2	54.4
Mínimo	44.1	47.7	55.1	43.7	35.2	31.1	27.1	24.9	23.8	26.6	34.7	39.1	36.1
Média	64.3	70.1	72.7	63.5	50.3	41.9	35.5	31.5	30.8	34.4	40.9	48.8	48.8
Máximo	96.3	123.2	102.4	88.5	68.5	61.1	44.1	37.2	40.3	45.0	52.1	68.6	68.9



ANEXO II

VAZÕES REFERENTES A USOS CONSUNTIVOS A SEREM SUBTRAÍDAS DAS VAZÕES
NATURAIS MÉDIAS MENSAIS AFLUENTES A PCH PATOS

Ano	2017	2022	2027	2032	2037	2042	2047	2052
Vazão (m³/s)	1,4950	1,5180	1,5420	1,5660	1,5890	1,6130	1,6370	1,6600

ANEXO III

VAZÕES REMANESCENTES A SEREM SUBTRAÍDAS DAS VAZÕES NATURAIS MÉDIAS
MENSAIS AFLUENTES A PCH PATOS

MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão (m³/s)	6,43	7,01	7,27	6,35	5,03	4,19	3,55	3,15	3,08	3,44	4,09	4,88